

REGULAMENTO DAS PRESCRIÇÕES NA UNIVERSIDADE DA MADEIRA

Artigo 1.º Objeto

O presente regulamento define o regime de prescrição do direito dos estudantes da Universidade da Madeira (UMa) à inscrição em cursos técnicos superiores profissionais, em licenciaturas e em mestrados, tendo em consideração o disposto sobre esta matéria na Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 49/2005, de 30 de agosto, 62/2007, de 10 de setembro, e 68/2017, de 9 de agosto.

Artigo 2.º Noção

A prescrição do direito à inscrição impede o aluno de continuar a frequentar o curso em que realizou a sua última inscrição ou outro curso na UMa, pelo período de dois semestres consecutivos.

Artigo 3.º Conteúdo e alcance

1. Não podem renovar a inscrição em cursos da UMa os estudantes cujo número de créditos ECTS obtidos não supere os valores indicados na segunda coluna da tabela seguinte, no final do número de inscrições em anos letivos consecutivos referido na primeira coluna da mesma tabela, a qual decorre do ponto 3 do artigo 5.º da lei n.º 37/2003 de 22 de agosto:

Número de inscrições	Créditos ECTS obtidos
3	59
4	119
5	179
6	239
7	299
8	360

2. Os limites definidos nos números anteriores não se aplicam aos trabalhadores-estudantes, por força do artigo 155.º da Lei nº 35/2004, de 29 de julho, nem aos militares ou a estes equiparados, por força do artigo 2.º do Decreto-Lei nº 320-A/2000, de 15 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 118/2004, de 21 de maio.
3. Gozam de um regime especial de prescrição os estudantes que se encontrem numa das seguintes situações, devidamente comprovadas nos termos legalmente aplicáveis:
 - a. Atleta de alta competição;
 - b. Estudante portador de deficiência física e sensorial;
 - c. Estudante ao abrigo das medidas de apoio social às mães e pais estudantes;
 - d. Estudante com doença transmissível ou infetocontagiosa, que seja impeditiva de aproveitamento escolar;
 - e. Estudante com doença grave ou de recuperação prolongada, que seja impeditiva de aproveitamento escolar;
 - f. Estudante a tempo parcial.

Artigo 4.º

Número de inscrições

1. Para efeitos do presente regulamento, e por força do disposto no nº 7 do artigo 5º da Lei nº 37/2003, de 22 de agosto, são contadas as inscrições em anos letivos consecutivos no curso que frequenta, em qualquer instituição de ensino superior público português.
2. Inicia-se a contagem de um novo prazo de prescrição para os estudantes que se matriculem e inscrevam num curso da UMa em resultado de reingresso, mudança de par instituição/curso ou interrupção por um período de pelo menos dois semestres letivos.
3. Para efeito da aplicação do regime de prescrições, cada inscrição de um estudante é contabilizada com um fator de ponderação de 1, exceto no caso dos estudantes abrangidos pelo ponto 3. do artigo 3º, cuja inscrição é ponderada por um fator de 0.5.

Artigo 5.º

Anulação da inscrição

É possível a anulação da inscrição das unidades curriculares, desde que cumprido o estipulado no número 1. do artigo 8º do regulamento de propinas em vigor na UMa.

Artigo 6.º

Regresso ao estudo

1. Após o cumprimento do período de prescrição, o estudante pode:
 - a. Matricular-se e inscrever-se no mesmo curso da UMa pela via do reingresso, nos ciclos de estudos em que tal seja possível, de acordo com a legislação aplicável;
 - b. Candidatar-se para matrícula/inscrição num curso da UMa por mudança de par instituição/curso, nos casos em que essa mudança seja possível, de acordo com a legislação aplicável.

Artigo 7.º

Informação aos estudantes

Em cada ano letivo, até ao momento em que tiver de efetuar a sua inscrição, cada estudante dispõe da informação atualizada, no portal *Infoalunos*, sobre o mínimo de ECTS que tem de completar para não prescrever no final desse ano letivo. A Universidade da Madeira poderá desenvolver outras formas de informação e comunicação que entender mais eficazes.

Artigo 8.º

Disposições finais

1. O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte à homologação do Reitor.
2. O que não estiver previsto neste regulamento segue o disposto na Lei nº 37/2003, de 22 de agosto.
3. Os casos omissos são resolvidos por despacho do Reitor.
4. Este regulamento revoga todos os regulamentos anteriores sobre este tema.